

8. Anexos às Demonstrações Financeiras

8.1. Caracterização da Entidade

VER MAPA NO PONTO 8.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 -

8.2.2 - ...

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

Imobilizações – foram tidas em consideração as disposições do ponto 4.1. Valorimetria. Imobilizações, do POCAL, que refere: “O ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, deve ser valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção”.

As amortizações foram efetuadas de acordo com o CIBE.

Existências – foram tidas em consideração as disposições do ponto 4.2., do POCAL que refere: “As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção...”

Dívidas de e a terceiros – foram tidas em consideração as disposições do ponto 4.3., do POCAL que refere: “As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam”.

Disponibilidades – foram tidas em consideração as disposições do ponto 4.4. Disponibilidades, do POCAL que refere: “As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente”.

Não foram efetuadas provisões para investimentos financeiros.

8.2.4 -

8.2.5 -

8.2.6 - Comentário às contas 431 «Despesas de instalação», 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento», e 439 «Outras imobilizações incorpóreas».

O valor do ativo líquido da conta 431 é zero.

A conta 432 não apresenta movimento.

A conta 439 estão incluídos os investimentos em projetos feitos por gabinetes externos e o investimento feito na revisão do PDM.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

Vd. Mapa “Ativo Bruto”, folha seguinte

Activo Bruto (Imobilizado Bruto)

Unidade: Euros

[illegible]

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Ano: 2016

Unidade: Euros

Amortizações e Provisões

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	1.132.143,67	397.734,15	0,00	1.529.877,82
Outras construções e infra-estruturas	4853	13.955.550,33	1.216.351,63	0,00	15.171.901,96
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	60.994,19	1.609,23	0,00	62.603,42
Outros bens de domínio público	4859	5.195,34	288,63	0,00	5.483,97
		15.153.883,53	1.615.983,64	0,00	16.769.867,17
De Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	574.595,73	0,00	0,00	574.595,73
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00	0,00
Software Informático	4834	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações incorpóreas	4839	317.781,07	12.380,36	0,00	330.161,43
		892.376,80	12.380,36	0,00	904.757,16
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	4.062.395,96	382.462,71	0,00	4.444.858,67
Outras construções	48222	1.275.441,35	201.691,44	0,00	1.477.132,79
Equipamento básico	4823	2.714.106,91	152.188,49	0,00	2.866.295,40
Equipamento de transporte	4824	1.465.997,58	93.282,64	0,00	1.559.280,22
Ferramentas e utensílios	4825	75.890,04	1.607,68	0,00	77.497,72
Equipamento administrativo	4826	2.438.724,27	80.084,99	0,00	2.518.809,26
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	1.232.977,59	39.647,36	0,00	1.272.624,95
		13.265.533,70	950.965,31	0,00	14.216.499,01
De Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495				
Depósitos em instituições	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral		29.311.794,03	2.579.329,31	0,00	31.891.123,34

8.2.8 -

8.2.9 -

8.2.10 - ...

8.2.11 - ...

8.2.12 - Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma;

Encontra-se concessionada a rede de distribuição elétrica à E.D.P.

Em termos financeiros, existe uma comparticipação anual por parte da E.D.P. nos encargos com Iluminação Pública, que em 2016, foi de 71.735,21 € ao trimestre.

Estão ainda concessionados as seguintes instalações municipais:

- Restaurante do Parque do Bonito

A concessão foi feita à firma “Trincanela”. Em 2016 o valor mensal da renda era de 1.500,00 €.

- Bar/Café junto aos Campos Sintéticos

A concessão foi feita à entidade “João Lopes Martins, Unipessoal lda”.

Em 2016 o valor mensal da renda era de pelo valor mensal de 103,96 €.

- Bar/Café da Praça Salgueiro Maia

A concessão foi feita à firma “Desafia Emoções”.

Em 2016 o valor mensal da renda era de 527,06 €

8.2.13 - Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

No final de 2016 o Município não tinha dividas em regime de locação financeira.

8.2.14 -Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Do ponto de vista dos bens móveis, a inventariação encontra-se realizada.

Quanto aos bens imóveis o processo de inventariação tem estado a ser levado a cabo de forma faseada, dada a extensão e complexidade da mesma. À data das presentes demonstrações financeiras ainda não foi possível concluir a inventariação dos bens do município razão pela qual não se encontram identificados e devidamente refletidos nas demonstrações financeiras, todos os imobilizados pertença da CME.

Esta dificuldade de inventariação ocorre nos casos de cedências para o domínio público de loteamentos para arruamentos, passeios e similares e que reveste alguma dificuldade, devido a questões burocráticas.

8.2.15 -Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Todos os bens do domínio público inventariados são suscetíveis de amortização.

8.2.16 - Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

A - Participação em entidades societárias

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
TAGUSGÁS	503956538	Societária	35230	12.500.000,00	3.440,00	0,03	3.440,00	3.440,00	0,00	

B - Participação em entidades não societárias

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital Estatutário	Contribuição			Obs.
Denominação	N.I.P.C				Em N	Forma de realização		
						Meios monetários	Em espécie	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	502690267	Não Soc.	94110	41.000,00	0,00	0,00	0,00	
Assoc.Nacional Municípios Portugueses	501627413	AM	91333	0,00	4.781,35	4.781,35	0,00	
Comunidade Intermunicipal Médio Tejo	502106506	Não Soc.	84130	2.366.137,12	36.913,32	36.913,32	0,00	
RESITEJO	503914096	ASU	38212	4.988,00	519,07	519,07	0,00	
Fundação Museu Nacional Ferroviário	510081266	Fundação	91331	1.056.944,00	0,00	0,00	0,00	

Unidades de Participação detidas em Títulos e Obrigações de Participação

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoal Coletivas de Direito Público	84114	650.000.000,00	496.358,86	0,011	70.908,00	

8.2.17 - Relativamente aos elementos incluídos nas contas «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria», indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço.

Em 31/12/2016, o município não tinha aplicações de tesouraria.

8.2.18 -...

8.2.19-...

8.2.20 -...

8.2.21 -...

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

DESIGNAÇÃO	ANO					TOTAL
	Anteriores	2013	2014	2015	2016	
Provisões						
Água, Saneamento, RSU, ossários e rendas	121.534,15	47.879,52	41.744,41	45.106,51	6.534,37	262.798,96
Outros clientes	0,00	0,00	0,00	59.807,94	-27.630,80	32.177,14
TOTAL	121.534,15	47.879,52	41.744,41	104.914,45	-21.096,43	294.976,10

8.2.23 -...

8.2.24 -...

8.2.25 -...

8.2.26 -Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

VER MAPA NO PONTO 8.2.26 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.2.27 -... Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte.

VER MAPA NO PONTO 8.2.27 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.2.28 - Explicação justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

Os **Fundos Próprios** sofreram alterações no decurso do ano, apresentando agora o valor de 20.142.386,27 €.

Conta 51 – Património

Não teve movimento.

Conta 59 – resultados transitados

Em termos gerais esta conta acolhe os resultados líquidos provenientes do exercício anterior (Ano 2015: RL – 1.014.378,11 €).

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

(designação da autarquia local)

Ano: 2016

(unidade: EUR)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00	106.606,24
Compras	905.133,02	236.293,86
Regularizações de Existências	0,00	-1.684,05
Existências Finais	0,00	124.646,21
Custos no Exercício	905.133,02	216.569,84

8.2.30 -...

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

VER MAPA NO PONTO 8.2.31 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários:

VER MAPA NO PONTO 8.2.32 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3. Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

8.3.1. Modificações do orçamento

8.3.2. Modificações ao plano plurianual de investimentos

VER MAPAS DETALHADOS NO VOLUME II

8.3.1.1 MAPAS RESUMO DAS MODIFICAÇÕES NA RECEITA

VER MAPA NO PONTO 8.3.1.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.1.2 MAPAS RESUMO DAS MODIFICAÇÕES NA DESPESA

VER MAPA NO PONTO 8.3.1.2 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.2. MAPA RESUMO DAS MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

VER MAPA NO PONTO 8.3.2 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.3. Contratação Administrativa

VER MAPA NO PONTO 8.3.3 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.4. Transferências e Subsídios

8.3.4.1. Transferências Correntes

VER MAPA NO PONTO 8.3.4.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.4.2. Transferências de Capital

VER MAPA NO PONTO 8.3.4.2 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.4.6. Subsídios Obtidos

Vd. pontos 2.3.1.6 e 2.3.2.2.2

Subsídios à exploração

Em 2016 o município recebeu 957.293,65 € discriminados de acordo com o mapa da folha seguinte.

Os subsídios mais significativos tiveram origem em:

- Ministério da Educação e Ciência, subsídios resultantes do protocolo de delegação de competências no âmbito da educação, atividades de enriquecimento curricular, refeições escolares, gestão do parque escolar e acordo de cooperação pré-escolar.

Esta entidade transferiu para o município 809.123,10 € o que corresponde a 84,52 % do total recebido.

8.3.4.6 - Subsídios Obtidos

Câmara Municipal do Entroncamento

(Designação da autarquia local)

Ano

2016

Disposições legais	Entidade financiadora	Finalidade	Subsídios recebidos	Observações
Protocolo de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar	Ministério Educação Ciência	Acordo Cooperação Pré-escolar	112.606,09	
Despacho n.º 8683/2011 de 28 de junho - Capítulo II Artigo 3.º	Ministério Educação Ciência	A.Coop.- Atividades Enriquecimento Curricular	64.706,65	
Despacho n.º 9265-B/2013. D.R. n.º 134, Suplemento, Série II de 2013-07-15	Ministério Educação Ciência	Educação Pré-Escolar - Apoio à Família (CAF)	118.575,94	
Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho	Ministério Educação Ciência	Pessoal não docente	490.355,72	
Competências municipais consubstanciadas na lei 159/99 de 14 de setembro - Acordo Cooperação Educação pré-escolar	Ministério Educação Ciência	Gestão Parque Escolar	20.000,00	
Despacho n.º 22251/2005 (2.ª série) de 25 de outubro	Ministério Educação Ciência	fornecimento de refeições escolares 1.º Ciclo	2.878,70	
Portaria 127/2009 alterada pela Portaria 298/2010 de 01/06	Instituto Emprego Formação Profissional	GIP - Gabinete Inserção Profissional	10.821,41	
Portaria n.º 128/2009 de 30/1, alterada pela Portaria n.º 294/2010 de 31/5, a n.º 164/2011 de 18/4, a n.º 378-H/2013 de 31/12, a n.º 20-B/2014 de 30/1 e regulamentada pelo Despacho n.º 1573-A/2014 de 30/1	Centro Emprego de Torres Novas	Programa Inserção CEI, CEI + e EACE (Deficientes/Incapacitados)	63.498,48	
Portaria n.º 92/2011 de 28/2, com a redação que lhe foi dada pela Portaria n.º 309/2012 de 9/10, n.º 3-B/2013 de 4/1 e n.º 120/2013 de 26/3; Portaria n.º 225-A/2012 de 31/7, alterada pela Portaria n.º 165-B/2013 de 13/2 e retificada pela Dec. Ret.n.º 18/2013 de 26/3; Portaria n.º 204-B/2013 de 18/6.	Centro Emprego de Torres Novas	Estágios Profissionais	5.269,33	
Protocolos Municípios - CPCJ	ISS - Instituto da Segurança Social	Comissão Proteção Crianças e Jovens	25.485,24	
Lei n.º 13/99 e DL n.º 162/79	Ministério Administração Interna - Secretaria-Geral	Recenseamento Eleitoral/Eleições	5.061,23	
Lei n.º 20/2009, de 12 de maio	Departamento Conservação Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo	Gabinetes Técnicos Florestais	30.757,86	
Portaria n.º 434/2016 de 18 de novembro	IMT-Instituto da Mobilidade e dos Transportes	Apoio implementação do RJSPTP	7.277,00	
TOTAL			957.293,65	

Subsídios ao investimento

Em 2016 o município recebeu 591.829,75 € de subsídios ao investimento discriminados de acordo com o mapa da folha seguinte.

8.3.4.6 - Subsídios Obtidos

Câmara Municipal do Entroncamento

Designação da autarquia local)

Ano **2016**

Disposições legais	Entidade financiadora	Finalidade	Subsídios previstos	Subsídios recebidos	Observações
Regulamento Específico Requalificação Rede Escolar 1.º Ciclo Ensino Básico e da Educação Pré-escolar-PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacio	Projeto CENTRO-09-0644-FEDER-012016 - Escola Básica Norte do Entroncamento	120.042,00	134.598,79	
Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico de Ações de Valorização e Qualificação Ambiental PORC - 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacio	Projeto CENTRO-09-0141-FEDER-010043 - Req. Parque do Bonito - const.equipamento para animação e atividade económica (OP Projeto CENTRO-08-0231-FEDER-019014 - Requalificação do Parque Verde do Bonito - 1.ª Fase	40.530,02	40.530,01	
Regulamento Específico Requalificação Rede Escolar 1.º Ciclo Ensino Básico e da Educação Pré-escolar-PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacio	Construção Nova Escola Básica 2º e 3º Ciclos Dr. Ruy Andrade	157.639,00	-40.734,32	
Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Requalificação Rede Escolar 1.º Ciclo Ensino Básico e da Educação Pré-escolar-PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacio	Operação 1 - Requalificação da praça da República/Jardim Pereira Caldas	10.999,00	11.011,27	
Regulamento Específico Mobilidade territorial - PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacio	Escola Básica 1.º Ciclo + Jardim Infância Sul	-56.453,00	-46.938,77	
Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Requalificação Rede Escolar 1.º Ciclo Ensino Básico e da Educação Pré-escolar-PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacio	ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária	13.714,12	13.714,12	
Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Requalificação Rede Escolar 1.º Ciclo Ensino Básico e da Educação Pré-escolar-PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacio	Rede aberta multi-serviços - OP4	22.912,00	22.239,44	
Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Requalificação Rede Escolar 1.º Ciclo Ensino Básico e da Educação Pré-escolar-PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacio	Remodelação do Centro Cultural - OP 8	7.419,60	-5.600,54	
Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Requalificação Rede Escolar 1.º Ciclo Ensino Básico e da Educação Pré-escolar-PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacio	Remodelação do edifício da biblioteca - 1.º andar - OP 7	2.147,21	2.147,21	
Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Requalificação Rede Escolar 1.º Ciclo Ensino Básico e da Educação Pré-escolar-PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacio	Remodelação e ampliação Escola Básica Zona Verde	6.007,21	57.934,20	
Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Requalificação Rede Escolar 1.º Ciclo Ensino Básico e da Educação Pré-escolar-PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacio	Requalificação do espaço público - arruamentos, largos, praças estruturantes A	70.104,21	140.775,23	
Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Requalificação Rede Escolar 1.º Ciclo Ensino Básico e da Educação Pré-escolar-PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacio	Requalificação do espaço público - arruamentos, largos, praças estruturantes B	3.399,14	2.915,58	
Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - Regulamento Específico Requalificação Rede Escolar 1.º Ciclo Ensino Básico e da Educação Pré-escolar-PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacio	OP 6 - Requalificação Zona Desportiva/Bonito	110.457,92	110.457,92	
Sub-Total			591.623,43	519.910,13	

8.3.4.6 - Subsídios Obtidos

Câmara Municipal do Entroncamento

Designação da autarquia local)

Ano **2016**

Disposições legais	Entidade financiadora	Finalidade	Subsídios previstos	Subsídios recebidos	Observações
		Sub-Total	591.623,43	519.910,13	
Regulamento Específico Mobilidade Territorial PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacio	Projeto CENTRO-09-0650-FEDER-023140 - Melhoria das Acessibilidades Interconcelhias	0,00	32.344,54	
Regulamento Específico Mobilidade Territorial PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacio	Projeto CENTRO-09-MT50-FEDER-2023060 - Ciclovias - Freg. Nossa Senhora de Fátima	28.035,00	17.980,80	
Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC -	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacio	Operação 2 - Requalificação Requalificação Urbana Largo José Duarte Coelho	21.594,28	21.594,28	
		TOTAL	641.252,71	591.829,75	

8.3.5. Aplicações em Ativo de Rendimento Fixo e Variável

Não existiu movimento.

(Ver mapa folha seguinte)

8.3.5.1 - Activos de rendimento fixo

Município do Entroncamento _____

Ano

2016

(Unidade: M€)

Descrição do activo (1)	Entidade devedora (2)	Valor em 1 de Janeiro		Valor em 31 de Dezembro		Rendimento		Observações (9)
		Valor nominal (3)	Valor de mercado (4)	Valor nominal (5)	Valor de mercado (6)	Vencido e cobrado (7)	Vencido por cobrar (8)	
A curto prazo	Sem informação							
A médio e longo prazos								

8.3.5.2 - Activos de rendimento variável

Município do Entroncamento _____

Ano

2016

(Unidade: M€)

Descrição do activo (1)	Entidade devedora (2)	Valor em 1 de Janeiro		Valor em 31 de Dezembro		Juros vencidos e recebidos (7)	Juros vencidos e a receber (8)
		Valor nominal (3)	Valor de mercado (4)	Valor nominal (5)	Valor de mercado (6)		
A curto prazo	Sem informação						
A médio e longo prazos							

8.3.6. Aferição da Dívida Total

(vd. ponto 4.3)

Com a publicação da Lei nº 72/2013 (LFL) os municípios passam a ter um limite à dívida total ao abrigo do art.º 52 da referida lei.

O artigo em questão refere o seguinte:

1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 — Sempre que um município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 — Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Tendo em conta o **ponto 1** do artigo 53 o limite da dívida para o ano de 2016 era o seguinte:

Receita Corrente Líquida 2013	Receita Corrente Líquida 2014	Receita Corrente Líquida 2015	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
11.099.807	11.320.735	11.620.645	34.041.187	11.347.062

Limite dívida total 2016 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei

Limite da dívida total

17.020.593,43

No final de 2016 o cenário era o seguinte:

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
17.020.593	01-01-2015						
	11.785.655	77.124	11.862.779	11.136.828		5.883.765	1.176.753
	31-12-2015						
	10.889.384	830.658	11.720.042	11.080.703		5.939.890	1.187.978
Variação da Dívida %							-0,50%
Variação do Excesso da Dívida %							
Utilização da Margem Disponível							1.232.878

O município cumpriu com os limites fixados no art.º 53 da LFL.

A dívida total, retirando as operações de tesouraria, teve uma variação negativa de 0,50 %.

Tendo em conta o que é referido no art.º 54 da LFL estão incluídas no quadro acima as entidades participadas pelo município.

À data de 01/01/2016 a contribuição destas entidades para a dívida bruta municipal era de 77.124 € e à data de 31/12/2016 essa contribuição passou para 830.658 €. A diferença verificada deve-se ao valor comunicado pela Resitejo, ou seja, entre 2015 e 2016 o critério de imputação da dívida alterou.

Para estes valores contribuíam as seguintes entidades:

Entidade	01-01-2015	% Participação	31-12-2016	% Participação
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	62.392	12,20%	60.256	11,90%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	291	0,32%	375	0,32%
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIM Médio Tejo)	823	5,42%	1.645	5,42%
Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal	3.886	0,95%	2.164	0,88%
RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo	1.332	4,34%	759.474	7,79%
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	8.400	0,03%	6.744	0,03%
TOTAL	77.124		830.658	

A diferença de valores apurados na Resitejo deve-se ao seguinte:

- Em 2015 os valores da Resitejo considerados estão de acordo com a decisão efetuada na reunião da Assembleia Geral de 11 de novembro de 2014, na qual foi deliberado por unanimidade aprovar que a quota-parte dos municípios nas despesas de funcionamento da Resitejo nunca poderá ser superior a **0,21 % do total das despesas de funcionamento**, correspondendo também esse limite para a relevância do endividamento da Resitejo nos limites da dívida total dos Municípios associados.
- Em 2016, por imposição da DGAL, a contribuição da dívida da Resitejo para os Municípios passou a ser calculada com base na percentagem das quotizações.



Contribuição do Passivo da RESITEJO para a Dívida dos Municípios Associados a 31 de Dezembro de 2016

Municípios	Quotização 2016	Percentagem	Contribuição Dívida Municípios
C. M. Alcanena	317,29 €	4,76%	464 240,93 €
C. M. Chamusca	438,65 €	6,58%	641 808,07 €
C. M. Constância	178,38 €	2,68%	260 995,61 €
C. M. Entroncamento	519,07 €	7,79%	759 474,10 €
C. M. Ferreira do Zêzere	317,29 €	4,76%	464 240,93 €
C. M. Golegã	238,33 €	3,58%	348 711,09 €
C. M. Santarém	1 988,54 €	29,85%	2 909 520,17 €
C. M. Tomar	1 193,12 €	17,91%	1 745 706,25 €
C. M. Torres Novas	1 193,12 €	17,91%	1 745 706,25 €
C. M. Vila Nova da Barquinha	277,81 €	4,17%	406 476,01 €
Total	6 661,60 €	100,00%	9 672 156,68 €

Cálculo do Passivo para a Contribuição da Dívida Bruta dos Municípios

Dívidas a Terceiros	9 746 879,40 €
Provisões	0,00 €
Saldo Operações não Orçamentais	74 722,72 €
Contribuição para a Dívida dos Municípios	9 672 156,68 €

8.3.6.1. Empréstimos – Mapa de acordo com POCAL

VER MAPA NO PONTO 8.3.6.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.6.2. Outras Dividas a Terceiros – Relação Nominal

VER MAPA NO PONTO 8.3.6.2 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.1. Mapas

9.1. Mapas de Execução Orçamental da Receita e da Despesa

9.1.1. Mapas de execução orçamental da receita

VER MAPA NO PONTO 9.1.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.1.2. Mapas de Execução Orçamental da Despesa

9.1.2.1. Mapas de execução orçamental da despesa POR ECONÓMICA

VER MAPA NO PONTO 9.1.2.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.1.2.2. Mapas de execução orçamental da despesa POR ORGÂNICA

VER MAPA NO PONTO 9.1.2.2 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.2. Execução do PPI e das AMR

9.2.1 Execução do PPI

VER MAPA NO PONTO 9.2.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.2.2. Execução das AMR

VER MAPA NO PONTO 9.2.2 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.3. Balanço

(e contas de ordem)

VER MAPA NO PONTO 9.3 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.4. Demonstração de Resultados

VER MAPA NO PONTO 9.4 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.5. Fluxos de caixa

Neste mapa são discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer a operações de tesouraria.

Nele se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência (execução orçamental e operações de tesouraria).

As receitas e despesas orçamentais são desagregadas de acordo com a discriminação constante do orçamento.

Neste mapa consta o movimento dos recibos para cobrança, garantias e cauções.

VER MAPA NO PONTO 9.5 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.6 - Operações de tesouraria

São consideradas como operações de tesouraria as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros.

Este mapa apresenta o movimento das operações de tesouraria devidamente desagregadas, devendo ser articulado com o mapa de fluxos de caixa.

VER MAPA NO PONTO 9.6 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.7. Balancete do Razão

VER MAPA NO PONTO 9.7 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.8. G.O.P. – Grandes Opções do Plano

VER MAPA NO PONTO 9.8 DOS ANEXOS AO BALANÇO

As contas do município do Entroncamento referentes ao exercício económico de 2016, contém-se em 2 volumes, cujo teor e conteúdo se apresentam no índice a págs. 1 a 3 do presente volume 1.

Entroncamento, 31 de março de 2017

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria